



Investigação: O motor que o desenvolvimento precisa

TEXTO DE ARNALDO HENRIQUE • FOTOS DE JAIME MACAMO E ARQUIVO

A ligação entre a investigação e o desenvolvimento (re)uniu, em seminário, docentes e investigadores da Universidade Eduardo Mondlane e de vários institutos de pesquisa do país.

A ausência de um plano e uma política de investigação com dimensão nacional (a que se juntam deficiências de inserção ou mesmo exclusão dos resultados das pes-

quisas feitas nos esquemas de desenvolvimento) não favorece o progresso em Moçambique.

A abordagem deste assunto levanta perguntas como: que me-

canismos de programação e coordenação na investigação deve e m adoptar os sectores de pesquisa? Quais as prioridades na investigação e que elementos são determinantes para a sua definição? Que dinâmica se deve imprimir na planificação sócioeconómica para rentabilizar o esforço dos investigadores?...

Intelectuais das faculdades da



A inserção da investigação científica e tecnológica nos planos sócio-económicos é decisiva para um desenvolvimento harmonioso da sociedade

UEM, dos institutos (Nacionais) de Saúde (INS), de Investigação Agronómica (INIA), de Desenvolvimento da Educação (INDE), de Investigação Pesqueira (IIP) e Superior Pedagógico (ISP), bem como do Arquivo do Património Cultural (ARPAC) analisaram estas e outras questões durante o Seminário de Investigação e Desenvolvimento realizado de 2 a 5 de Dezembro, na Faculdade de Medicina, em Maputo. O Reitor da UEM, Rui Baltazar, orientou os debates.

Um levantamento da investiga-

ção feita pela UEM e seis exposições sobre princípios, planificação, avaliação e controlo da investigação e desenvolvimento, cooperação nacional e internacional na investigação e desenvolvimento constituíram a base dos debates.

PADRONIZAÇÃO: UM CAMINHO VIÁVEL

O tema sobre os Princípios de Investigação e Desenvolvimento foi apresentado pelo Dr. Narciso de Matos. Nele se assinala que o número crescente de moçambica-

nos dedicados à investigação e a quantidade das acções desenvolvidas neste campo justificam que se encontrem mecanismos que permitam dar mais eficácia ao uso dos recursos existentes, assegurem a articulação entre os trabalhos em curso e levem a uma melhor utilização dos resultados pela Universidade e pela sociedade.

O documento defende o estabelecimento de normas organizativas comuns a todos os sectores da UEM.

A adopção dos padrões estabelecidos pela UNESCO, que são internacionalmente aceites, apresenta-se como uma saída viável, uma vez que eles «reflectem muito do que está a ser feito no Terceiro Mundo». Além disso, os modelos da UNESCO, no que diz respeito à classificação das actividades de investigação e desenvolvimento, estão compatibilizados com os principais sistemas dos países desenvolvidos. E, assim, acredita-se poderem facilitar a integração da UEM nas estatísticas e máqui-nas internacionais de cooperação, em ensino e investigação.

A «Planificação da Investigação, Desenvolvimento e Extensão», tema exposto pelo Dr. Paulus Gerdes, indica as normas de planificação, os procedimentos para a elaboração do plano e os métodos orçamentais para a investigação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo estabelece as formas de articulação entre os níveis de argumentação das actividades de pesquisa — Projectos, áreas, linhas e programas — e os níveis de responsabilidade na execução.

A avaliação e controlo centram-se na análise e aprovação dos projectos de pesquisa e dos critérios a usar, visto que «a avaliação e controlo dependem dos critérios a que se recorre na aprovação dos projectos».

A complementaridade entre os departamentos da UEM e os institutos na investigação, aliada à escassez dos meios técnicos e materiais e ao reduzido número de investigadores, conduz inevitavelmente à cooperação, interna e externa. Nesta realidade, os temas sobre a cooperação nacional e internacional dão pistas de como de-



verá processar-se tal tipo de relacionamento.

COOPERAÇÃO: COMO?

A UEM, por ser uma instituição de ensino e investigação, cobre praticamente todas as áreas do conhecimento científico e forma quadros superiores para diversos sectores sociais e económicos, incluindo os institutos de investigação.

Associando estes factos à necessidade de definir e realizar programas conjuntos de investigação e de utilizar racionalmente os recursos técnicos e bibliográficos das instituições envolvidas, conclui-se ser pertinente a criação de órgãos de coordenação dos trabalhos de pesquisa nas diferentes áreas.

A constituição de órgãos de coordenação das actividades por áreas, à semelhança dos Conselhos Técnicos de Investigação Agrária e de Saúde, é um passo considerado positivo, tendo em vista o surgimento de Programas Nacionais de Investigação. Portanto, exclui-se nisto qualquer hipótese de pôr em causa a autonomia exigida pelas especificidades de cada um dos institutos de investigação existentes, e de cada uma das faculdades da UEM.

Julga-se necessário pensar na criação de um organismo de coordenação dos trabalhos de investigação nas Ciências Sociais e Humanas e na Tecnologia, Materiais e Recursos Naturais, onde cada faculdade, departamento ou sector se iria integrar consoante a natureza científica das suas actividades de investigação e desenvolvimento.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: TIRAR O MÁXIMO PROVEITO

A política de cooperação internacional da UEM não está ainda definida, nem sequer alguma estratégia global através da qual se possa tirar o máximo rendimento do que se faz há 12 anos na Universidade, em termos de cooperação externa.

Desta constatação surge a sugestão de a UEM ter que se debruçar, a curto prazo, sobre a sua política de cooperação internacional, das competências e tarefas do seu Gabinete de Relações Internacionais, e das atribuições e níveis de responsabilidade dos sectores da estrutura central da UEM, o que é alargado às faculdades e outros sectores dela dependentes

A cooperação internacional na investigação científica da UEM vem registando um substancial crescimento nos últimos quatro anos, o que é admitido como «sinal de crescimento da própria Universidade». O facto é fundamentalmente pela participação de docentes estrangeiros em serviço na UEM mediante acordos de cooperação nos trabalhos de pesquisa em diversas faculdades e departamentos.

A perspectiva da UEM, segundo a mestria do Seminário, deve ser a de estimular e desenvolver a cooperação internacional. Para tal, aponta-se a consolidação das relações com sectores internos e externos com os quais a UEM já tem experiência de cooperação ou acordo nesse sentido mas «em letra morta».

Numa segunda fase a UEM deverá procurar o alargamento do número de parceiros, «sejam eles instituições científicas ou meramente financiadoras». Nesta visão é importante privilegiar a cooperação com os países da África Austral, dentro dos esquemas da SADCC, aproveitando o facto de os países da Europa e da América do Norte apoiarem a cooperação Sul-Sul.

O surgimento de uma política nacional de investigação dependerá do que a UEM e os Institutos de Investigação fizerem nos próximos anos



O Dr. Narciso Matos expõe o tema «Os Princípios de Investigação e Desenvolvimento»

DAS PUBLICAÇÕES

O progresso da investigação em conexão com o desenvolvimento precisa, para ser bem sucedido, de uma divulgação programada e regular das conclusões da pesquisa.

Nesta matéria a UEM vem dando alguns passos com a publicação de periódicos especializados.

As publicações são tidas também como indicadores de produção. Através delas o público ou qualquer comunidade técnica ou académica poderão ampliar o seu campo de conhecimentos sobre as actividades universitárias e sobre as diferentes áreas científicas.

A «fuga de cérebros», outra questão abordada no Seminário, tem origem na falta de condições materiais no país e no menosprezo com que os quadros nacionais têm sido tratados: há poucas possibilidades de os quadros jovens obterem acesso à formação a níveis mais elevados, há deficiências na sua integração nas carreiras profissionais...

Embora o fenómeno da fuga de quadros ou dum sector para o outro, ou para outros países seja considerado ainda «menos grave» do que noutros Estados africanos, Moçambique não se pode entregar ao prazer de «dispensar» os seus técnicos, sejam eles básicos, médios ou superiores. Daí que o documento final do Seminário tenha

recomendado a «valorização do docente moçambicano, facilidades para que os recém-graduados possam ascender rapidamente a níveis mais elevados de formação», a fim de poderem integrar-se melhor nas tarefas da investigação e desenvolvimento.

Em complemento o documento recomenda igualmente a atribuição de estímulos materiais a docentes envolvidos na investigação, o que deverá ser feito também em relação aos técnicos médios ou básicos que participem em pesquisas.

O Seminário de Investigação e Desenvolvimento, nos três dias que durou, permitiu que a UEM e os institutos que realizam investigação no país se aproximassem para, em conjunto, marcarem o primeiro passo (prudente) em busca de harmonia entre Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Do que estas instituições fizerem nos próximos anos vai depender o surgimento de uma Política Nacional de Investigação, na perspectiva do desenvolvimento social, económico e cultural de Moçambique.